PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020
Processo Administrativo n.° 23349.00041/2020-54
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CAMPUS ARAQUARI
Abertura: 03.06.2020 às 09h00min

Razão Social: Certisign Certificadora Digital S/A
CNPJ: 01.554.285/0001-75
Endereço: Rua Bela Cintra, 904 – 11° andar CEP: 01415-000 Bairro: Cerqueira César, Cidade São Paulo.
Telefone: (011) 4501-1875/2173
E-mail: editais@certisign.com.br
Banco Bradesco: número: 237 - Agência: 3391-0 Conta Corrente: 016038-5

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição	Qtde Total	Qtde por Local de Fornecimento		Valor Unitário	Valor Total
01	Aquisição de Certificação Digital, tipo A3 (e-CPF) + controlador de acesso tipo USB TOKEN, capacidade 72KB, com validade de 03 anos.	79 unid.	Araquari	12	R$ 85,00 (Oitenta e cinco reais).	R$ 6.715,00 (Seis mil setecentos e quinze reais).
			Blumenau*	19*		
			Brusque	07		
			Camboriú	03		
			Concórdia	06		
			Fraiburgo	06		
			Ibirama	08		
			Luzerna	03		
			Santa Rosa do Sul	05		
			São Bento do Sul	05		
			São Francisco do Sul	02		
			Videira	03		
02	Renovação de Certificado Digital E – CPF A3, com validade de 03 anos, sem fornecimento de dispositivo criptográfico (controlador de acesso). Os certificados deverão ser compatíveis com os atualmente atualizados.	90 unid.	Araquari	02	R$ 55,00 (Cinquenta e cinco reais).	R$ 4.950,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta reais).
			Blumenau*	31*		
			Brusque	03		
			Camboriú	03		
			Concórdia	06		
			Fraiburgo	06		
			Ibirama	08		
			Luzerna	04		
			Santa Rosa do Sul	05		
			São Bento do Sul	04		
			São Francisco do Sul	03		
			Videira	05		

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

03	Aquisição de Certificado Digital, tipo A3 (e-CNPJ) + controlador de acesso), tipo USB TOKEN, capacidade 72KB, com validade de 03 anos.	01 unid.	Brusque	R$ 100,00 (Cem reais).	R$ 100,00 (Cem reais).
04	Renovação de Certificado Digital e-CNPJ, A3, com validade de 03 anos, sem fornecimento de dispositivo criptográfico. Os certificados deverão ser compatíveis com os atualmente atualizados	01 unid.	Ibirama	R$ 70,00 (Setenta reais).	R$ 70,00 (Setenta reais).
05	Renovação de Certificado Digital e-CNPJ, A3, com validade de 01 ano, sem fornecimento e dispositivo criptográfico. Os certificados deverão ser compatíveis com os atualmente atualizados.	01 unid.	Brusque	R$ 65,00 (Sessenta e cinco reais).	R$ 65,00 (Sessenta e cinco reais).
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 11.900,00 (Onze mil e novecentos reais).					

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a partir da entrega definitiva da proposta, nos termos do edital.

Declaramos que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos inerentes ao objeto, como salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, dentre outros, nos termos do Edital.

Dados da empresa:
Razão Social: Certisign Certificadora Digital S/A
Cerqueira César- Cidade São Paulo/Estado: São Paulo
Telefone(s): (11) 4501-2173 Camila e-mail: editais@certisign.com.br
CNPJ (MF): 01.554.285/0001-75 Inscrição Estadual: 149.714.249.119 Inscrição Municipal: 3.641.489-1
Banco Bradesco: número: 237 - Agência: 3391-0 Conta Corrente: 016038-5
Endereço: Rua Bela Cintra, 904 – 11° andar CEP: 01415-000.
Bairro: Cerqueira César.

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

Dados dos responsáveis para assinatura do contrato:

Nome: Roni de Oliveira Franco

Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Casado

Profissão: Diretor Administrativo.

RG nº: 10.911.505-3; CPF nº: 031.796.478-09;

Domicílio: Rua Bela Cintra, 904 – 11° andar - CEP: 01415-000 - Cidade: São Paulo - Estado: São Paulo;

Cargo/Função ocupada: Diretor administrativo;

Nome: Fábio Garbuio

Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Divorciado

Profissão: Diretor Financeiro.

RG nº: 20.619.997; CPF nº: 114.113.218-47;

Domicílio: Rua Bela Cintra, 904 – 11° andar - CEP: 01415-000 - Cidade: São Paulo - Estado: São Paulo;

Cargo/Função ocupada: Diretor financeiro;

Outras Considerações

A Certisign emite somente a Nota Fiscal na versão eletrônica (NF-e), documento este que substitui as tradicionais notas fiscais impressas, conforme portaria SF nº 72/2006 da prefeitura de São Paulo e ajuste SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) 07/05.

O link para acesso a Nota Fiscal eletrônica de serviços (certificados digitais) é enviada pela Prefeitura de São Paulo (o email remetente é nfe-auto@prefeitura.sp.gov.br) para o endereço de e-mail cadastrado para recebimento de notas fiscais eletrônicas junto à Prefeitura. Caso não haja nenhum endereço de e-mail cadastrado, a nota fiscal de serviços eletrônica será encaminhada para o e-mail indicado no aceite de faturamento.

Obs.: Caso necessite consulte, após 5 dias, sua NFe no link https://nfe.prefeitura.sp.gov.br .

O link para acesso a Nota Fiscal Eletrônica de venda de mercadoria (token, smart card e leitoras) será enviado pela SEFAZ SP Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (o e-mail remetente é microsigafin@certisign.com.br) para o e-mail de cobrança cadastrado no momento do pedido (endereço de entrega da Nota Fiscal eletrônica).

Importante: Desabilite o filtro anti-spam para os endereços de e-mail acima, caso contrário a Nota Fiscal Eletrônica não será recebida.

São Paulo, 03 de junho de 2020

Certisign Certificadora Digital S/A
CNPJ: 01.554.285/0001-75
Roni de Oliveira Franco
Diretor Administrativo
CPF: 031.796.478-09
RG nº: 10.911.505-3

Certisign Certificadora Digital S/A
CNPJ: 01.554.285/0001-75
Fábio Garbuio
Diretor Financeiro
CPF: 114.113.218-47
RG nº: 20.619.997

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

Este documento foi assinado digitalmente por Roni De Oliveira Franco e Fabio Garbuio.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D2AC-BE2B-D356-AC3C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D2AC-BE2B-D356-AC3C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D2AC-BE2B-D356-AC3C

Hash do Documento

9E219BE0F75E47D392C471B3459FD99802E3310F28A8635AF212A2A8C4A1C720

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/06/2020 é(são) :

- Fabio Garbuio - 114.113.218-47 em 03/06/2020 11:52 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Roni De Oliveira Franco - 031.796.478-09 em 03/06/2020 13:24 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1144915 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 14/05/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A, CNPJ: 01.554.285/0001-75, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 15 de maio de 2020.

PEDIDO N°: 9771323

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.

CNPJ: 01.554.285/0001-75

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as **Demonstrações Financeiras** bem como as **Notas Explicativas** relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018. São Paulo, 26 de Abril de 2019.

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 Reapresentado	01/01/2017 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	67.135	86.882	96.863
Instrumentos derivativos	25.2d	918	918	918
Contas a receber de clientes	9	23.394	16.502	11.576
Estoques	10	5.256	6.132	5.337
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24	7.851	978	12.380
Outros créditos	11	12.203	10.162	11.816
Total do ativo circulante		116.757	121.574	138.890
Aplicação financeira vinculada	8	1.757	1.757	2.299
Impostos diferidos	24	10.504	9.746	9.354
Outros créditos	11	770	627	33
Total do realizável a longo prazo		13.031	12.130	11.686
Investimentos	12	952	1.107	1.605
Imobilizado	13	15.628	16.834	14.778
Intangíveis	14	65.195	58.550	49.268
Total do ativo não circulante		94.806	88.621	65.651
Total do ativo		211.563	210.195	216.227

Passivo	Nota	2018	2017 Reapresentado	01/01/2017 (Reapresentado)
Fornecedores	15	8.652	9.895	10.841
Contas a Pagar	16	8.473	-	-
Empréstimos e financiamentos		99	-	17
Obrigações trabalhistas	17	16.025	14.001	16.342
Provisões diversas	18	11.585	11.978	9.755
Adiantamento de clientes	19	12.179	11.470	9.772
Provisão para demandas judiciais	20	899	807	427
Dividendos a pagar	21	12.876	15.116	20.730
Outras obrigações		2.245	2.198	3.176
Total do passivo circulante		73.032	65.465	71.060
Contas a Pagar	16	-	8.137	8.137
Empréstimos e financiamentos		18	-	-
Total do passivo não circulante		18	8.137	8.137
Patrimônio líquido	21			
Capital social		63.879	63.879	63.879
Reserva de lucros		74.634	72.714	73.151
Total do patrimônio líquido		138.513	136.593	137.030
Total do passivo e patrimônio líquido		211.563	210.195	216.227

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida de vendas	22	292.133	259.074
Custo das vendas	22	(132.555)	(118.123)
Lucro bruto		159.578	140.951
Despesas comerciais	22	(4.290)	(6.053)
Despesas administrativas e gerais	22	(158.215)	(146.340)
Participação nos prejuízos das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	(92)	(286)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(40)	1.471
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(3.060)	(10.257)
Receitas financeiras	23	8.948	10.131
Despesas financeiras	23	(584)	(1.305)
Resultado financeiro		8.364	8.826
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.305	(1.431)
Imposto de renda e contribuição social	24		
Corrente		(2.782)	601
Diferido		758	393
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		3.281	(437)

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	3.281	(437)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.281	(437)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017						
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	(437)	(437)
Compensação de prejuízo	21	-	-	(437)	437	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		63.879	6.255	74.596	-	144.730
(Lucro) do exercício	21	-	-	-	3.281	3.281
Pagamento dívida acionista		-	-	-	(8.137)	(8.137)
Saldo PL Certipar Incorporação		-	-	-	(582)	(582)
Constituição da Reserva Legal	21	-	164	-	(164)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	(779)	(779)
Retenção de lucros	21	-	-	2.338	(2.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		63.879	6.419	76.934	(8.718)	138.514

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Resultado antes do Impostos	5.305	(1.430)
Ajustes para:		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(2.024)	993
Depreciações e amortizações	14.578	13.355
Provisão para créditos com perdas esperadas	286	(8)
Provisão para demandas judiciais	92	888
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	92	286
Provisão para pagamento de dívida	8.473	-
Alienação de ativo imobilizado	(56)	(117)
Variação em: Contas a receber de clientes	(6.606)	(4.918)
Estoques	876	(795)
Outros créditos	(2.184)	12.698
Fornecedores	(1.243)	(946)
Obrigações trabalhistas	2.024	(2.340)
Provisões	(393)	1.633
Adiantamento de clientes	709	1.709
Imposto de renda e contribuição social	(7.190)	-
Outras contas a pagar	47	(908)
Caixa gerado nas atividades operacionais	12.787	20.101
Imposto de renda e contribuição social pago	(2.251)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	10.536	20.101
Fluxo de-caixa de atividades de investimento		
Aquisição de participação em coligada	-	(418)
Aquisição de investimento	-	(2.000)
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(20.093)	(23.188)
Baixa de intangível	-	613
Resgate de caixa restrito	-	542
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(20.093)	(24.451)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	126	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(9)	(17)
Dividendos pagos	(10.307)	(5.615)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(10.190)	(5.632)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(19.747)	(9.981)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	88.639	96.863
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	68.892	86.882

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Certisign Certificadora Digital S.A. ("Companhia") constituída em 4 de julho de 1996, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na rua Bela Cintra, 904, cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como principal objetivo prover soluções de gerenciamento de identidade com o uso da certificação digital, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e treinamento de sistemas de processamento de dados, licenciamento de programas de computador (software personalizado), geração de programas de computador, sob encomenda e a cessão de direitos autorais, além de consultoria na área de informática, registro, comercialização e qualquer outro tipo de intervenção no registro de portais e domínios de Internet, intermediação de negócios, incluindo representação comercial, hospedagem e guarda de banco dados e servidores, coleta de dados, coleta de dados biométricos, prover informações de identificação, prestação de serviços de validação de identidade pessoal, entre outros. A Companhia está credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é uma autarquia federal, que tem por missão, manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, senda esta, a primeira autoridade da cadeia de certificação digital - AC Raiz. Este credenciamento permite que a companhia opere como autoridade certificadora e autoridade de registro para validar a identidade dos solicitantes e emitir certificados digitais de todos os tipos para as mais diferentes organizações brasileiras, além de disponibilizar produtos para o público em geral. Em 31 de janeiro de 2018 houve a liquidação do Fundo de Investimento em Participações Boudeaux (FIP), detentor de 100% das ações da Companhia que foi incorporada pela Certipar S.A., detentora de 100% do fundo, e por consequência, tornou-se detentora de 100% das ações da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2018 a Certisign Certificadora Digital S.A incorporou 100% das ações da Certipar S.A., conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2018. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em em 26 de abril de 2019. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis: 6.1. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 47- Receita de Contrato com Cliente: A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1° de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes. A Companhia não indentificou impactos significativos relacionados à adoção inicial do CPC 47. ***(i) CPC 48 Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de Ativos financeiros:*** O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	67.135	67.135
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.757	1.757
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	23.394	23.394
			92.286	92.286

Impairment de Ativos financeiros: A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. ***Impacto do novo modelo de impairment:*** Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis. ***Contas a receber e ativos contratuais:*** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses. A Companhia não apresentou efeitos materiais na aplicação da norma CPC 48. Outras informações sobre instrumentos financeiros estão demonstrados na nota explicativa nº 27. **6.2. Resumo das principais práticas contábeis: *(i) Receitas e despesas financeiras:*** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) receita de juros; (ii) despesa de juros; (iii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e; (iv) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. ***(ii) Moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. ***(iii) Benefícios a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(iv) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (ano) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(v) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(vi) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(vii) Estoques:*** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição. ***(viii) Investimento em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial:*** O investimento da Companhia em entidade contabilizada pelo método de equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada. A coligada é uma entidade na qual a Companhia tenha influência significativa, mas não o controle ou o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. O investimento em coligada foi reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui gastos com transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. ***(ix) Arrendamento mercantil:*** Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. ***(x) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(xi) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(xii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados em 2018 e 2017 são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	7 anos
Máquinas e equipamentos e outros ativos	5 anos

(xiii) Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***Ativos intangíveis: (i) Pesquisa e desenvolvimento:*** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, quando aplicável, e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***(ii) Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(xiv) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(xv) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas em 2018 e 2017 são as seguintes:

Softwares e licenças	3 anos
Produtos desenvolvidos internamente (desde que já em utilização)	3 a 4 anos
Outros (Credenciamento ICP - Brasil e Marcas e patentes)	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***(xvi) Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não é considerado normal; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. ***(xvii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os impostos diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda.

10º TABELIÃO DE NOTAS
CÉSAR
TABELIÃO
ESCREVENTE
a mim apresentado, do que dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
111260
AUTENTICAÇÃO
AU1050AO730107

continuação Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para fins de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente — Unidade Geradora de Caixa (UGC). A Companhia não identificou nenhum indicativo que levasse à necessidade de ajuste a redução ao valor recuperável dos ativos não financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar obrigações; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **Novas normas e interpretações:** Certas normas novas e alterações às normas são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a aplicação antecipada não é permitida; no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Portanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil:*** Esses padrões alteram o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos da IFRS 16. Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática. A Companhia aplicará o CPC 06 (R2) usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser apresentada sob o CPC 06 (R1) e ICPC 03. A companhia está avaliando o impacto da aplicação da norma sobre as demonstrações financeiras. ***Outras normas:*** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. • ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a tratamento de incerteza de impostos. A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia não possui fiscalizações em andamento e não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro. Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras. • Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48). • Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)). • Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33). • Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC 2015-2017 - várias normas. • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC. • CPC 11 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e banco - conta movimento	955	479
Aplicações (1)	66.180	86.403
	67.135	86.882

(1) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Investimentos administrado por instituição financeira de primeira linha.

8. Aplicação financeira vinculada: A Companhia contratou, com uma instituição financeira de primeira linha, cartas fianças para garantir aos credores o pagamento de valores pecuniários decorrente de obrigações assumidas pela companhia. A empresa obrigou-se a manter na conta de aplicações financeiras saldo suficiente para acolher os débitos.

9. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de operadora de cartão de crédito	13.977	9.522
Contas a receber de clientes	8.432	5.859
Contas a receber de órgãos públicos	1.407	1.829
(-) Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	(422)	(708)
	23.394	16.502

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A análise do vencimento das duplicatas a receber e financiamentos a clientes é como segue:

	2018	2017
A vencer	20.176	13.654
Vencidas:		
Até 90 dias	2.777	2.474
De 91 a 180 dias	305	106
Acima de 180 dias	558	976
	3.640	3.556
	23.816	17.210

A Companhia possui como política para constituição de provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa vencidas a mais de 180 dias. A movimentação da provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	(716)
Constituição de provisão	(708)
Reversão	716
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(708)
Constituição de provisão	(422)
Reversão	708
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(422)

10. Estoques

	2018	2017
Leitoras	1.154	1.420
Cartões	625	847
Dispositivos criptográficos ("tokens")	3.432	3.819
Outros	46	46
	5.256	6.132

Os equipamentos mantidos em estoque representam equipamento de uso contínuo da Companhia a serem comercializadas durante o próximo exercício social e portanto não estão atingidos por obsolescência em 31 de dezembro de 2018.

11. Outros créditos

	2018	2017
Circulante	12.203	10.162
Não circulante	770	627
	12.973	10.789

12. Investimentos: Em 1º de setembro de 2015 foi deliberada a aquisição, pela Companhia, de participação no capital social da EBP Tecnologia, Desenvolvimento de Sistemas S.A. ("EBP"), que passou a partir daquela data a ser coligada da Companahia. A EBP é uma Companhia pré-operacional e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de dados e informações voltados para comércio eletrônico (e-commerce) e Call Center. Não houve movimentação de ações em 2017 e 2018, apenas equivalência patrimonial de acordo com o resultado da EBP.

a) Coligada

	País	Negócio	Quantidade de ações da investida	Quantidade de ações da investidora	Percentual de participação indireta	Investimento 2018	Investimento 2017	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017
EBP	Brasil	Comércio Eletrônico	6.904.265	1.812.369	26,25%	952	1.107	(63)	(286)
						952	1.107	(63)	(286)

13. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo:						
Em 1º.01.2017	3.361	31.505	2.082	2.418	763	40.129
Adições	42	4.630	2.176	476	44	7.368
Baixas	(31)	(72)	(2)	(4)	(183)	(292)
Em 31.12.2017	3.372	36.063	4.256	2.890	624	47.205
Adições	264	2.206	975	624	186	4.254
Baixas	(21)	(38)	-	(2)	(71)	(133)
Em 31.12.2018	3.615	38.230	5.230	3.511	740	51.326
Depreciação:						
Em 1º.01.2017	(1.710)	(21.633)	(705)	(1.091)	(212)	(25.351)
Despesa de depreciação no exercício	(261)	(3.882)	(584)	(403)	(73)	(5.203)
Baixas	26	60	1	1	95	183
Em 31.12.2017	(1.945)	(25.455)	(1.288)	(1.493)	(190)	(30.371)
Despesa de depreciação no exercício	(220)	(4.160)	(524)	(420)	(59)	(5.383)
Baixas	19	37	-	-	-	56
Em 31.12.2018	(2.145)	(29.577)	(1.812)	(1.914)	(249)	(35.697)
Valor residual líquido:						
Em 31.12.2018	1.469	8.653	3.418	1.597	490	15.628
Em 31.12.2017	1.427	10.608	2.968	1.397	434	16.834

14. Intangíveis

	Softwares e licenças	Produtos desenvolvidos internamente (a)	Direito de uso carteira clientes	Outros (b)	Total
Custo:					
Em 1º.01.2017	18.342	44.192	-	1.147	63.681
Adições	4.226	11.495	-	2.100	15.821
Baixas	(130)	(190)	-	-	(320)
Em 31.12.2017	22.438	55.497	-	3.247	81.182
Adições	3.143	10.652	2.000	44	15.839
Baixas	-	-	2.000	(2.000)	-
Em 31.12.2018	25.581	66.149	4.000	1.291	97.021
Amortização:					
Em 1º.01.2017	(12.528)	(1.057)	-	(828)	(14.413)
Despesa de amortização no exercício	(3.087)	(5.074)	-	(63)	(8.224)
Baixas	-	5	-	-	5
Em 31.12.2017	(15.615)	(6.126)	-	(891)	(22.632)
Despesa de amortização no exercício	(3.006)	(5.923)	(200)	(65)	(9.195)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31.12.2018	(18.621)	(12.049)	(200)	(956)	(31.826)
Valor residual líquido:					
Em 31.12.2018	6.960	54.100	3.800	335	65.195
Em 31.12.2017	6.823	49.371	-	2.356	58.550

a) Produtos desenvolvidos internamente

	CertBio	Portal de assinatura	Mobile ID	Software Dedicado	Ar Biométrica	Outros	Total
Saldo em 1º.01.2017	27.188	9.884	4.090	1.655	1.353	22	44.192
Adições	6.448	892	31	-	3.149	974	11.494
Baixas	(182)	(8)	-	-	-	-	(190)
Saldo em 31.12.2017	33.454	10.768	4.121	1.655	4.502	996	55.496
Adições	8.507	2.146	-	-	-	-	10.653
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	41.961	12.915	4.121	1.655	4.502	996	66.149

...continuação

	CertBio	Portal de assinatura	Mobile ID	Software Dedicado	Ar Biométrica	Outros	Total
Amortização:							
Saldo em 01.12.2017	-	(772)	(282)	-	-	(3)	(1.057)
Despesa de amortização no exercício	(3)	(3.055)	(1.272)	(330)	(394)	(15)	(5.069)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	(3)	(3.827)	(1.554)	(330)	(394)	(18)	(6.126)
Despesa de amortização no exercício	(50)	(3.332)	(1.252)	(331)	(900)	(56)	(5.921)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada em 31.12.2018	(53)	(7.159)	(2.806)	(661)	(1.294)	(75)	(12.048)
Valor residual líquido:							
Em 31.12.2018	41.908	5.756	1.315	994	3.208	921	54.101
Em 31.12.2017	33.451	6.941	2.567	1.325	4.108	978	49.370

15. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	4.736	4.734
Fornecedores no exterior - partes relacionadas (Nota 21.a)	3.916	5.161
	8.652	9.895

A informação sobre a exposição da Companhia para riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgado na Nota 27.

16. Contas a Pagar

	2018	2017
Contas a Pagar (1)	8.473	8.137

(1) Refere-se a reconhecimento de despesa de exercícios anteriores, reconhecida no passivo e ajustado no Patrimônio Líquido.

17. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.448	6.714
Salários e benefícios a pagar e outras obrigações a pagar	5.547	4.425
Encargos trabalhistas a recolher	3.027	2.862
	16.025	14.001

18. Provisões diversas: A Companhia estima no final de cada período o valor de fornecedores e prestadores de serviços que serão pagos nos próximos meses imediatamente subsequentes. **19. Adiantamento de clientes:** A receita de prestação de serviços para emissão de certificados digitais do canal varejo refere-se, substancialmente, às vendas por meio eletrônico (*internet*) que são recebidas antes da prestação dos serviços de validação e emissão do certificado digital. Dessa forma, o valor recebido antecipadamente é registrado nesta rubrica da demonstração financeira. **20. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é ré em ações de natureza cível e trabalhista impetrados por clientes e ex-colaboradores, cuja probabilidade de perda de acordo com seus consultores legais foi avaliada como possível, motivo pelo qual foram reconhecidas contabilmente. Conforme demonstrado a seguir:

Movimentação da provisão:

	Saldos em 1/01/2018	Provisionado no período	Baixa por pagamento	Reversão	Saldos em 31/12/2018
Cíveis	136	126	-	-	262
Trabalhistas	671	(34)	-	-	637
	807	92	-	-	899

	Saldos em 1/01/2017	Provisionado no período	Baixa por pagamento	Reversão	Saldos em 31/12/2017
Cíveis	272	-	-	(136)	136
Trabalhistas	155	516	-	-	671
	427	516	-	(136)	807

Existem alguns processos considerados por nossos assessores jurídicos como perda provável, portanto, não provisionados em nossas demonstrações financeiras.

21. Patrimônio líquido: • Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia está composto em 4.617.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 2017 o capital social era composto de 4.617.407, distribuídas, em sua totalidade, para o FIP Bordeaux, controlado pela Certipar S.A. Em 31/01/2018 o FIP Boudeaux foi encerrado e suas ações foram automaticamente transferidas para a Certipar, e em 28/02/18 a Certipar foi incorporada pela Certisign que obteve o controle de 100% das ações. **Dividendos:** Os valores de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram determinados de acordo com o estatudo da companhia e lei da sociedade por ações.

	2018	2017
Total dos dividendos a pagar	12.876	15.116

Reserva legal: Em 31 de dezembro de 2017 não houve constituição de reserva legal devido ao prejuízo no período e em 31 de dezembro de 2018, constituímos 5% sobre o lucro líquido, em conformidade com o Estatuto Social e Lei das Sociedade por Ações. **Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017 o prejuízo foi absorvido pela conta de reserva de lucros e em 31 dezembro de 2018, o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, foi apropriado a conta de Reserva de lucros (retenção de lucros) até que sua destinação definitiva seja aprovada na Assembléia Geral Ordinária. **Gerenciamento do capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do investidor e o desenvolvimento futuro do negócio. A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de passivos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis das suas obrigações com terceiros de acordo com o padrão do mercado.

22. Receita operacional líquida de vendas	2018	2017
Receita Bruta com prestação de serviços e vendas	318.096	279.665
Deduções sobre a receita bruta	(25.963)	(20.591)
	292.133	259.074
Custo e despesas		
	2018	2017
Custos e despesas totais	(295.061)	(270.516)

23. Resultado financeiro	2018	2017
Receita financeira	8.948	10.131
Despesa financeira	(584)	(1.305)
Resultado financeiro	8.364	8.826

24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: • Reconciliação da despesa de imposto sobre a renda e da contribuição social

	2018	2017
Lucro/Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	5.305	(1.431)
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(1.804)	486
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	(92)	(286)
Brindes, gratificações e patrocínios	(225)	(104)
Incentivos fiscais	71	3
Outros	27	895
Despesa com imposto sobre a renda e contribuição social (corrente e diferida)	(2.023)	994
Taxa efetiva	38%	-

Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2018	2017
Imposto de renda a recuperar	6.682	709
Contribuição social a recuperar	1.169	269
	7.851	978

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Ativo (passivo)	2018 Base	2018 IRPJ 25%	2018 CSLL 9%	2018 Total	2017 Total
Diferenças temporárias:					
Provisões	14.979	3.745	1.348	5.093	4.804
Provisões para pagamentos de licenças	1.892	473	170	643	408
Participação no resultado de empregados	3.335	834	300	1.134	861
Vida útil - depreciação	3.073	768	277	1.045	880
Variação cambial não realizada	7.194	1.799	647	2.446	2.446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	421	105	38	143	66
Outros		-	-	-	337
Total de tributos diferidos		7.724	2.780	10.504	9.746
Tributos diferidos - Ativo, líquido				10.504	9.746
Total de tributos diferidos				10.504	9.746

25. Instrumentos financeiros: 25.1. Visão geral: No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros, risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. **25.2. Administração de risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") ou Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. ***a. Risco de taxa de câmbio:*** Esse risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pela Companhia para aplicações financeiras e de obrigações a pagar em moeda estrangeira. ***b. Risco de crédito:*** O risco de crédito para vendas realizadas pelo segmento varejo é inexpressivo porque só é possível emitir o Certificado Digital após a confirmação do recebimento da venda. Para as demais vendas, o risco de crédito é administrado por análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco, avaliadas por agências independentes de "rating" nacional de longo prazo de AAA (bra). ***c. Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***d. Instrumentos derivativos:*** A Companhia possui o direito de realizar a conversão de ações preferencias da EBP em ordinárias, no prazo de dois anos a partir da data de fechamento do acordo (30 de setembro de 2015), conforme o número de clientes adicionados à base de EBP, de acordo com uma fórmula definida entre quantidade de cliente adicionado a base e quantidade correspondente de ações ordinárias. Caso, ao final do prazo, a Certisign não adicione um número mínimo de clientes à EBP, a Companhia resgatará as ações preferenciais e como houve mudança no foco da EBP, a mesma ainda encontra-se em maturação e por isso a Certisign não efetuou o resgate. ***e. Valor justo:*** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproxima de seu respectivo valor contábil. O valor justo de ativos e passivos financeiros de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil. O valor justo de empréstimos e financiamento se aproxima em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis ou, no caso do arrendamento mercantil financeiro, descontado pela taxa de juros efetiva.

DIRETORIA **Diretor Executivo:** Roni de Oliveira Franco **Diretor Executivo:** Isaac Khafif **Diretor Financeiro:** Fábio Garbuio **Controller:** Edson Tsukamoto **Contador:** Marcio Carreira - CRC 1SP281609/O-1

(A íntegra das mesmas encontram-se em poder da Administração da Companhia)

16º TABELIÃO DE NOTAS
CERQUEIRA CÉSAR - TABELIÃO
S. PAULO
05 JUN 2019
AUTENTICAÇÃO Copia reprográfica, Autentico esta a mim apresentado, conforme o original, do que dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
111260 AUTENTICAÇÃO
AU1050AO730108

JUCESP

287.616/19-8

GISELE SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP
30 MAI 2019
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FÁBIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LILIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE

S. PAULO 03 JUN. 2019

P/ Autenticação R$ 3,60

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia fotográfica, conforme o original apresentado, do que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO
111260
AO07301 12

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/03/2020 | Edição: 61-B | Seção: 1 - Extra | Página: 2

Órgão: Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 931, DE 30 DE MARÇO DE 2020

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A sociedade anônima cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020 poderá, excepcionalmente, realizar a assembleia geral ordinária a que se refere o art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social.

§ 1º Disposições contratuais que exijam a realização da assembleia geral ordinária em prazo inferior ao estabelecido no **caput** serão consideradas sem efeito no exercício de 2020.

§ 2º Os prazos de gestão ou de atuação dos administradores, dos membros do conselho fiscal e de comitês estatutários ficam prorrogados até a realização da assembleia geral ordinária nos termos do disposto no **caput** ou até que ocorra a reunião do conselho de administração, conforme o caso.

§ 3º Ressalvada a hipótese de previsão diversa no estatuto social, caberá ao conselho de administração deliberar, **ad referendum** , assuntos urgentes de competência da assembleia geral.

§ 4º Aplicam-se as disposições deste artigo às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às subsidiárias das referidas empresas e sociedades.

Art. 2º Até que a assembleia geral ordinária a que se refere o art. 1º seja realizada, o conselho de administração, se houver, ou a diretoria poderá, independentemente de reforma do estatuto social, declarar dividendos, nos termos do disposto no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 3º Excepcionalmente durante o exercício de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários poderá prorrogar os prazos estabelecidos na Lei nº 6.404, de 1976, para companhias abertas.

Parágrafo único. Competirá à Comissão de Valores Mobiliários definir a data de apresentação das demonstrações financeiras das companhias abertas.

Art. 4º A sociedade limitada cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020 poderá, excepcionalmente, realizar a assembleia de sócios a que se refere o art. 1.078 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social.

§ 1º Disposições contratuais que exijam a realização da assembleia de sócios em prazo inferior ao estabelecido no **caput** serão consideradas sem efeito no exercício de 2020.

§ 2º Os mandatos dos administradores e dos membros do conselho fiscal previstos para se encerrarem antes da realização da assembleia de sócios nos termos previstos no **caput** ficam prorrogados até a sua realização.

Art. 5º A sociedade cooperativa e a entidade de representação do cooperativismo poderão, excepcionalmente, realizar a assembleia geral ordinária a que se refere o art. 44 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou o art. 17 da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social.

Parágrafo único. Os mandatos dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos outros órgãos estatutários previstos para se encerrarem antes da realização da assembleia geral ordinária nos termos previstos no **caput** ficam prorrogados até a sua realização.

Art. 6º Enquanto durarem as medidas restritivas ao funcionamento normal das juntas comerciais decorrentes exclusivamente da pandemia da **covid-19** :

I - para os atos sujeitos a arquivamento assinados a partir de 16 de fevereiro de 2020, o prazo de que trata o art. 36 da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994, será contado da data em que a junta comercial respectiva restabelecer a prestação regular dos seus serviços; e

II - a exigência de arquivamento prévio de ato para a realização de emissões de valores mobiliários e para outros negócios jurídicos fica suspensa a partir de 1º de março de 2020 e o arquivamento deverá ser feito na junta comercial respectiva no prazo de trinta dias, contado da data em que a junta comercial restabelecer a prestação regular dos seus serviços.

Art. 7º A Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1.080-A. O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou assembleia, nos termos do disposto na regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

Art. 8º A Lei nº 5.764, de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 43-A. O associado poderá participar e votar a distância em reunião ou assembleia, nos termos do disposto na regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

Art. 9º A Lei nº 6.404, de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.121 .....

§ 1º Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º Nas companhias fechadas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do disposto na regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

"Art.124. .....

.....

§ 2º A assembleia geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar, desde que seja no mesmo Município da sede e indicado com clareza nos anúncios.

§ 2º-A Regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários poderá excepcionar a regra disposta no § 2º para as sociedades anônimas de capital aberto e, inclusive, autorizar a realização de assembleia digital.

....." (NR)

Art. 10. Fica revogado o parágrafo único do art. 121 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

ÍNDICE DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL) = **ATIVO CIRCULANTE - PASSIVO CIRCULANTE**

		2.017	2.018
ATIVO CIRCULANTE	R$ mil	121.574	116.757
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL) =		**56.109**	**43.725**

16º

EDSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

16º

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FÁBIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LILIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE
SÃO PAULO 03 SET. 2019
P/ Autenticação R$ 3,60
AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia fotográfica, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé. COM SELO DE AUTENTICIDADE
AU1050AO085161

16º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO - CAPITAL
16º
JADEILSON CERQUEIRA MONTEIRO
ESCREVENTE
FIRMA 2
S21050AA0268192

CARTORIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 Cep:01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao
RECONHECO POR SEMELHANCA A(S) FIRMA(S)
MARCIO CARREIRA(413577), EDSON TSUKAMOTO(501405)
Sao Paulo, 02 de setembro de 2019
EM TEST _____ DA VERDADE.
COD.SEG. 485048577504849749485252505
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R$ 6,25 ** TOTAL R$ 12,50
DIGITADOR: Jadeilson 10:44:28

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

GRAU DE ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

GRAU DE ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO (ECP) = $\frac{\textbf{PASSIVO CIRCULANTE}}{\textbf{PATRIMONIO LIQUIDO - DESPESA ANTECIPADA + REF}}$

		2.017	2.018
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
DESPESA ANTECIPADA	R$ mil	4.356	2.572
PATRIMONIO LIQUIDO	R$ mil	138.823	140.743
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	R$ mil	-	-
GRAU DE ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO (ECP) =		**0,49**	**0,53**

BOSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FÁBIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LILIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE

S. PAULO 03 SET. 2019

P/ Autenticação R$ 3,60

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO AU1050A00851652 111260 Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo CNB

CARTORIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 Cep:01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECO POR SEMELHANCA A(S) FIRMA(S)
MARCIO CARREIRA(417577), BOSON TSUKAMOTO(501405)
Sao Paulo, 02 de setembro de 2019.
EM TEST _____ DA VERDADE.

COD.SEG. 4850485750484957494852525050
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R$ 6,25 ** TOTAL R$ 12,50
DIGITADOR: Jadeilson 10:44:25

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

SOLVÊNCIA GERAL (SG) = **ATIVO TOTAL** / **PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

		2.017	2.018
ATIVO TOTAL	R$ mil	212.425	213.793
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$ mil	8.137	18
SOLVÊNCIA GERAL (SG)		**2,89**	**2,93**

EDSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FÁBIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LILIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE

S. PAULO 03 SET. 2019

P/ Autenticação R$ 3,60

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo 111260 AUTENTICAÇÃO AU1050AO0851653

16º TABELIÃO DE NOTAS - 16º TABELIÃO - SÃO PAULO - JADEILSON CERQUEIRA DONATO - ESCREVENTE

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo 111260 FIRMA 2 S21050AA026819

CARTORIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 CEP 01304-
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao
RECONHECO POR SEMELHANCA A(S) FIRMA(S)
MARCIO CARREIRA(413 EDSON
TSUKAMOTO(5 1405)
Sao Paulo, 02 de setembro de 2019.
EM TEST DA VERDADE.
COD.SEG. 485048575048495749485252500
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R$ 6,25 ** TOTAL R$ 12,50
DIGITADOR: Jadeilson 10:4

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

LIQUIDEZ CORRENTE (LC) = **ATIVO CIRCULANTE** / **PASSIVO CIRCULANTE**

		2.017	2.018
ATIVO CIRCULANTE	R$ mil	121.574	116.757
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
LIQUIDEZ CORRENTE (LC)		**1,86**	**1,60**

16º

EDSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

16º

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FÁBIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LILIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE

SÃO PAULO 03 SET. 2019

P/ Autenticação R$ 3,60

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original ora me apresentado, do que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AU10050A00851654 AUTENTICAÇÃO 111260

CARTORIO DO 16º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 Cep:01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabelião

RECONHECO POR SEMELHANCA (A9) FIRMA(S)
MARCIO CARREIRA(413577) EDSON
TSUKAMOTO(50405)
Sao Paulo, 02 de setembro de 2019
EM TEST DA VERDADE.

COD.SEG. 485048575048495749485252504
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTIC
FIRMA R$ 6,25 ** TOTAL R$ 12,50
DIGITADOR: Jadeilson 10:44:10

16º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO - MARILSON CERQUEIRA ESCREVENTE

FIRMA 2 S21050AA02683198 111260

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

LIQUIDEZ GERAL (LG) = **ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** / **PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

		2.017	**2.018**
ATIVO CIRCULANTE	R$ mil	121.574	116.757
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R$ mil	14.360	15.261
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$ mil	8.137	18
LIQUIDEZ GERAL (LG)		**1,85**	**1,81**

EDSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

TABELIÃO DE NOTAS
AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FABIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
JULIANA MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE
AUTENTICAÇÃO AU1050AO0881655
03 SET. 2019
P/ Autenticação R$ 3,60
AUTENTICAÇÃO: Autentico esta reprográfica, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTORIO DO 16º TABELIAO DE NOTA
SAO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 Cep:01304-
Fabio Tadeu Bisognin - Tabelião
RECONHECO POR SEMELHANÇA
MARCIO CARREIRA(413.
SUKAMOTO(014
Sao Paulo, 03 de setembro de 2019.
EM TEST DA VERDADE.
COD.SEG. 485048575048495749485252492
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTIC
FIRMA R$ 6,25 ** TOTAL R$ 12,
DIGITADOR: Jadeilson
FIRMA 2 S21050AA0268799

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.
01.554.285/0001-75

GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
Em milhares de reais

GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL (ET) = $\frac{\textbf{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\textbf{ATIVO CIRCULANTE}}$

		2.017	2.018
PASSIVO CIRCULANTE	R$ mil	65.465	73.032
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$ mil	8.137	18
ATIVO TOTAL	R$ mil	212.425	213.793
GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL (ET)		**0,35**	**0,34**

EDSON TSUKAMOTO
CONTROLLER

MARCIO CARREIRA
CONTADOR
CRC 1SP 281.609/O-1

16º TABELIÃO DE NOTAS
R. AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR
FABIO TADEU BISOGNIN - TABELIÃO
LIAN MARLUCE COELHO ZARATIN TEIXEIRA - ESCREVENTE
SÃO PAULO 03 SET. 2019
P/ Autenticação R$ 3,60
AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTORIO DO 16º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
Rua Augusta,1638/1642 Cep:01304-
Fabio Tadeu Bisognin Tabeli
RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIR
MARCIO CARREIRA(413577), EDSON
TSUKAMOTO(501405)
Sao Paulo, 03 de setembro de 201
EM TEST DA VERDAD
COD.SEG. 485048575048497494825249
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTIC
FIRMA R$ 6,25 TOTAL R$ 12,
DIGITADOR: Jadeilson 10:4

024286 - Mulheres do Brasil
Proponente: E.H. Filmes Ltda.
CNPJ: 00.338.948/0001-51
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
Período de captação: até 31/12/2003.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos, através da comercialização de Certificados de Investimento nos termos do Art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

013614 - Eles
Proponente: Swamp Produções Ltda.
CNPJ: 60.192.580/0001-98
Cidade/UF: Vargem Grande Paulista/SP
Período de captação: até 31/12/2003

023972 - Arturos, os Dançarinos do Sagrado
Proponente: Kino Filmes
CNPJ: 01.464.291/0001-31
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
Período de captação: até 31/12/2003

024034 - Um Ano e 90 Minutos em Brasília
Proponente: Ricardo Camargo de Souza Dias Produções Ltda. ME
CNPJ: 56.853.526/0001-79
Cidade/UF: Arceburgo/MG
Período de captação: até 31/12/2003

024070 - Mestre Bimba - Corpo de Mandinga
Proponente: Lúmen Produções Ltda.
CNPJ: 35.794.023/0001-08
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
Período de captação: até 31/12/2003

024241 - Pinball
Proponente: Cinema Brasil Digital Ltda.
CNPJ: 68.317.445/0001-33
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
Período de captação: até 31/12/2003

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DAHL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Processos nº 00100.000029/2003-14, 00100.000030/2003-49
Entidade candidata: Autoridade Certificadora AC Serasa CD

Acolhe-se o memorando da Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas que manifestou a conformidade das alterações de documentação solicitadas com as normas da ICP-Brasil. Em face disso, ficam autorizadas as alterações da declaração de práticas de certificação e das políticas de certificados, PC A1, PC A2, PC A3, PC A4, PC S1, PC S2, PC S3 e PC S4 da AC Serasa CD. Intime-se. Em 14 de março de 2003.

Processo nº 00100.000145/2002-52
Entidade candidata: Autoridade Certificadora Certisign SRF

Acolhe-se o memorando apresentado pela Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, que concluiu, com base no relatório de auditoria da Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização: "a AC Certisign SRF, sua AR e prestadora de serviço de suporte encontram-se em conformidade com sua DPC, suas Políticas de Certificado, a Política de Segurança e as demais normas e procedimentos estabelecidos pela ICP-Brasil, estando, portanto, apta ao credenciamento das Política de Certificados PC A1, PC A3, PC A4". Em vista disso, e consoante parecer exarado pela Procuradoria Geral: a) defere-se o credenciamento da Autoridade Certificadora Certisign SRF como Autoridade Certificadora para as políticas de certificado apresentadas, de sua Autoridade de Registro e de sua prestadora de serviço de suporte; b) autoriza-se o funcionamento da entidade mencionada. Intime-se a candidata. Em 14 de março de 2003.

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 2003

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere a Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 2.840, de 10 de novembro de 1998, na Instrução Normativa nº 65, de 11 de dezembro de 2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.001133/2002-43,

RESOLVE:

Nº 15 - Art. 1º Revogar a Portaria nº 285, de 18 de março de 2002, do Diretor do Departamento de Pesca e Aqüicultura da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de março de 2002, Seção 1, página 4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, § 1º , inciso VII, da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.302, de 14 de agosto de 1997, e no Anexo I da Portaria nº 457, de 12 de novembro de 1997, com a alteração introduzida pela Instrução Normativa nº 3-A, de 27 de fevereiro de 2002, conforme retificação publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2002, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

RESOLVE:

Nº 16 -Art. 1º Incluir na relação publicada pela Portaria nº 275, de 18 de dezembro de 2002, no anexo relativo ao Estado da Paraíba, referente ao período remanescente do exercício de 2003, a relação anexa.

' Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRITSCH

ANEXO

Relação dos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras que se habilitam à subvenção econômica do preço do óleo diesel, consumido por embarcações pesqueiras, de acordo com a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.302, de 14 de agosto de 1997, e a Portaria nº 457, de 12 de novembro de 1997, com a alteração introduzida pela Instrução Normativa nº 3-A, de 27 de fevereiro de 2002, conforme retificação publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2002, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referente ao período remanescente do exercício de 2003.

ESTADO DA PARAÍBA

Frota Pesqueira do Estado da Paraíba

NOME DA EMPRESA Nº DO CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador ou Indústria	Nome do Barco	Nº da Inscrição Capitania dos Portos	Previsão Consumo Diesel no período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Valor R$	Distribuidoras
FISH BRASIL LTDA CNPJ: 03.084.099/0001-45 Categoria: Armador de Pesca	AUSTER	201-R00084-9	653.400	46.064,00	Petrobrás Distribuidora S/A
	MAR DE LOS SARGAZOS	201-E00078-4	571.725	40.306,00	
TOTAL:			**1.225.125**	**86.370,00**	

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 86, DE 12 DE MARÇO DE 2003

Dispõe sobre a convocação da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

O PRESIDENTE DO CONANDA, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, em sua 101ª assembléia Ordinária , realizada nos dias 11 e 12 de março de 2003, resolve:

Art. 1º - Convocar a V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando promover ampla reflexão sobre o protagonismo social na implementação do Pacto Pela Paz no contexto das relações Estado e Sociedade.

Art. 2º - A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-à em Brasília, no período de 24 à 28 de novembro de 2003.

Art. 3º - O evento terá como tema geral: Pacto Pela Paz - Uma Construção Possível

Art. 4º - Os Municípios deverão realizar suas Conferências até o dia 31 de julho de 2003.

Art. 5º - Os Estados deverão realizar suas Conferências até o dia 30 de setembro de 2003.

Art. 6º - Fica instituída a Comissão Organizadora da Conferência com a seguinte composição:

a) Conselheira Elizabete Borgianni - Representante do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS;

b) Conselheiro José Fernando da Silva - Representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG;

c) Conselheira Maria das Graças Fonseca Cruz - Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;

d) Conselheira Maria Izabel da Silva - Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT

e) Conselheira Marilda Almeida Marfan - Representante do Ministério da Educação - MEC;

f) Conselheiro Ivanildo Tajra Franzosi - Representante da Casa Civil da Presidência da República;

g) Conselheira Denise Doneda - Representante do Ministério da Saúde;

h) Conselheira Margarida Munguba Cardoso - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

i) André Saboia - Representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE;

j) Conselheiro Alexandre Schneider - Representante da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança - ABRINQ;

k) Conselheira Beatriz Hobold - Representante da Pastoral da Criança/Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;

l) Conselheiro Miguel Angel Cal González - Representante do Conselho Federal de Psicologia;

m) Conselheiro Marcelo Gentil Nascimento da Cruz - Representante do Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização - IPAM.

Parágrafo único - A Comissão será coordenada pela Conselheira Elizabete Borgianni - Representante do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.

Art. 7º - Caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NILMÁRIO MIRANDA

ATA DA 100ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2003

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e três deu-se inicio a Centésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, presidida inicialmente por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Estiveram presentes os conselheiros titulares: Elisabete Borgiani (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); José Fernando da Silva (ABONG); Marcos Antônio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da República); Denise Doneda (MS); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Glauber Maciel Santos (MTE - parcialmente); Wânia Ribeiro Tavares (MAPS); e Max Halley Sudário de Lima e Silva (MP). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: André Sabóia Martins (MRE); Marilda Marfan (MEC); Ricardo Nascimento de Avelar Fonseca (Ministério do Esporte); Tânia Mara Eller da Cruz (MP); e Clóvis Ubirajara Lacorte (Casa Civil). Por motivo de ausência justificada do conselheiro da ABMP, foi convocado e esteve presente a representante da Pastoral da Criança Beatriz Hobold. Estiveram ainda presentes os conselheiros não governamentais suplentes: Vicente Falqueto (UBEE); Welinton Pereira da Silva (Visão Mundial) Jessimar Dias Pereira (Inspetoria são Bosco - Salesiano); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM); Alexandre Schineider (Fundação Abrinq), Vicente Faleiros (CECRIA) e Miguel Angel (Conselho Federal de Psicologia) - Pauta- I Abertura dos trabalhos: Dando inicio a assembléia, o Presidente abriu os trabalhos dando as boas-vindas ao novo Secretario Especial dos Direitos Humanos Nilmário Miranda e ao Secretario Adjunto Mário Mamede, aos novos conselheiros da Sociedade Civil que estão assumindo mandatos, aos antigos conselheiros pelo inicio do exercício e demais visitantes. II - Eleição da Presidência e Vice - Presidente do Conselho: O Presidente informou a todos que há três anos o Conselho deliberou pela alternância na Presidência e Vice - Presidência e que durante os últimos três anos a sociedade civil exerceu o mandato, sendo um por eleição e dois anos por indicação dos conselheiros governamentais para continuidade, por considerar que a administração estava correspondendo as expectativa do Conselho, porém, neste ano a vez era da representação gover-

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A**, inscrita no **CNPJ nº 01.554.285/0001-75**, sediada em São Paulo na Rua Bela Cintra, 904, 16º andar - bairro Consolação - CEP 01415-000, forneceu para o **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, **CNPJ 09.444.530/0001-01**, através **do Contrato 24/2016**, cujo objeto é a **contratação de serviços de emissão de certificados digitais padrão ICP-BRASIL, de serviços de visita local para emissão de certificados nas instalações do Tribunal e de fornecimento de dispositivos do tipo token USB para armazenamento de certificados digitais**, os produtos abaixo especificados:

ID	Bens / Serviços	Quantidade	Período de execução
1	Certificado Digital Tipo A3 pessoa física (e-CPF) com validade de 3 (três) anos.	2.000	Outubro/2016 à Outubro/2018
2	Mídia criptográfica token.	500	Janeiro/2018

Registramos, ainda que durante o período contratual compreendido entre os dias 29 de setembro de 2016 até a presente data, a prestação de serviço foi satisfatória, nada constando que desabone técnica e comercialmente.

Fortaleza 23 de novembro de 2018

George Gomes Pereira
CPF: 619.980.103-25
Supervisor Operacional do Serviço de Central de Atendimento em TI

Cristiano Henrique Lima de Carvalho
CPF: 839.837.753-49
Gerente de Infraestrutura de TI

Este documento foi assinado digitalmente por George Gomes Pereira e Cristiano Henrique Lima De Carvalho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 6FE3-B81F-894E-A1F5.

Este documento foi assinado digitalmente por George Gomes Pereira e Cristiano Henrique Lima De Carvalho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 6FE3-B81F-894E-A1F5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6FE3-B81F-894E-A1F5 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6FE3-B81F-894E-A1F5

Hash do Documento

02F07D4CA50647867A3C4A23DBA655ACB5775ED43E8CCD05D1368CCC2D6A2F44

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2018 é(são) :

- Cristiano Henrique Lima De Carvalho - 839.837.753-49 em 23/11/2018 14:01 UTC-02:00
  Tipo: Certificado Digital
- George Gomes Pereira - 619.980.103-25 em 23/11/2018 14:06 UTC-02:00
  Tipo: Certificado Digital

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

CNPJ no. 05.901.308.0001-21, situado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750, Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, CEP 78050-000.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS que a empresa **Certisign certificadora Digital S/A**, inscrita no CNPJ número 01.554.285/0001-75, sediada em São Paulo na Rua Bela Cintra, 904, 16° andar - bairro Consolação - CEP 01415-000, conforme PAe n° 3812/2015, foi contratada (contrato 05/2016) para o fornecimento dos serviços e materiais (produtos) abaixo descritos:

AQUISIÇÃO		
Item	**Descrição**	**Aquisição**
01	Tokens USB	50
02	Certificados A3 e-CPF	150
03	Visita técnica – certificação de pessoal	7
04	Visita técnica – Certificação de autoridade	1

Totalizando: R$ 12.580,00.

Atestamos ainda que a entrega ocorreu dentro do prazo e atendeu "in totum" as especificações do Edital do certame licitatório não havendo registro ou qualquer informação que desabone a empresa.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2018.

Carlos Henrique Cândido
Gestor do Contrato
Coordenador de Infraestrutura Computacional

RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Administração e Orçamento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Referência: Pedido por e-mail.
Assunto: Atestado de Capacidade Técnica.
Empresa: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A, CNPJ 01.554.285/0001-75.

Senhor secretário,

1. Cuida-se de pedido de atestado de capacidade técnica formulado pela empresa Certisign certificadora Digital S/A, inscrita no CNPJ número 01.554.285/0001-75, contratada para fornecer certificação digital.

2. Ponderamos pelo deferimento do pedido observando a inexistência de fato que desabone a requerente (Contrato nº 05/2016).

3. Diante disso, encaminhamos minuta do Atestado em anexo previamente assinado, o qual, em caso de concordância e assinatura de vossa senhoria, será enviado à empresa requisitante e posteriormente, digitalizado e juntado ao processo principal.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2018.

Carlos Henrique Cândido.
Gestor do Contrato

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **Certisign certificadora Digital S/A**, inscrita no CNPJ número **01.554.285/0001-75**, sediada em São Paulo na Rua Bela Cintra, 904, 16º andar - bairro Consolação - CEP 01415-000, forneceu à empresa **TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHAO**, inscrita no CNPJ número **05.288.790/0001-76**, sediada em São Luís, Maranhão, Praça Pedro II, nº SN Centro, CEP 65.010-905 os seguintes produtos abaixo:

Descrição do Produto/Serviço	**Quantidade.**	**Prazo de execução (inserir início e término)**
Emissão de certificados digitais e-CPF A3 com validade de 03 anos.	2.500	12/07/2016 a 12/08/2016
Validação presencial nas dependências da contratante.	108	12/07/2016 a 12/08/2016

Declaramos ainda, que a Certisign certificadora Digital S/A cumpriu todas as condições estabelecidas em contrato e que não ocorreram fatos que a desabone.

São Luís, 19/09/2016.

Paulo Rocha Neto
CPF 324.739073-15
Diretor de Informática e Automação
prneto@tjma.jus.br
(98) 3198-4580

prodemge

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 021/2007

Declaramos, a pedido da interessada, para fins de participação em licitações e cadastramento junto aos órgãos da Administração Pública e Privada, que a empresa **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.554.285/0001-75, estabelecida à Rua do Passeio, 70, Centro, Rio de Janeiro/ R.J., forneceu os seguintes produtos abaixo relacionados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
SMART CARDS	3.798
LEITORAS DE SMART CARDS	500
TOKENS	3.180

Informamos que o contrato está sendo cumprido a contendo, não havendo até a presente data, nada que a desabone técnica ou comercialmente.

Belo Horizonte, 01 de Novembro de 2007

Celina Rosália Lana R. Silva
Superintendência de Infra-Estrutura

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/06/2020 10:06:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
CNPJ: **01.554.285/0001-75**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (04/06/2020 às 10:49) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 031.796.478-09.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5ED8.FBD2.578C.D546 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CPF: **031.796.478-09**
Nome: **RONI DE OLIVEIRA FRANCO**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **07/01/2021**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

CPF: 936.878.349-72 Nome: JULIANA DE OLIVEIRA TEDESCO
Ass: _____

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: **01.554.285/0001-75**
Razão Social: **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação: **13/07/2017**
Número do Processo: **0001639-61.2017** Número do Contrato: **55/2016**
Descrição/Justificativa: **DECIDO aplicar à empresa CERTISIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL S/A a penalidade de Advertência, com base no 87, I da Lei 8.666/93 e art. 4o. da Portaria 2017/2016 - DFSC.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação: **18/06/2018**
Número do Processo: **0001639-61.2017** Número do Contrato: **55/2016**
Descrição/Justificativa: **Pelo exposto, ante a inexistência de ilegalidade a ser sanada ou de fato novo apto a afastar as penalidades aplicadas, decido NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sanção aplicada. (DEC 4185548)**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA**
Data Aplicação: **17/04/2018**
Número do Processo: **19771/2017** Número do Contrato: **38/2017**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento contratual.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80004 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A.REGIAO**
Data Aplicação: **09/06/2015**
Número do Processo: **8.267/2014** Número do Contrato: **43/2014**
Descrição/Justificativa: **Decisão TRT7.DG nª 629/2015 (fl. 199) pela aplicação da penalidade de advertência à empresa CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A em razão do atraso na entrega da garantia contratual, com fulcro no art. 87 da Lei n 8.666/93 e nas Cláusulas Décima Sexta e Décima Oitava do Contrato TRT7 n 43/2014.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Data Aplicação: **13/08/2008**
Número do Processo: **15113/2007**
Descrição/Justificativa: **A SECRETÁRIA-GERAL DO TJDFT DECIDIU APLICAR À EMPRESA CERTISIGN CERTI-FICADORA DIGITAL S/A, A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.500.00(QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS), PELO ATRASO NO FORNECIMENTO DO SERVI-ÇO OBJETO DA 2008NE000374, COM FULCRO NO ARTIGO 86 DA LEI N. 8.666/93E CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, PARÁGRAFO PRIMEIRO DO CONTRATO 042/2008.O VA-LOR DA MULTA ACIMA REFERIDO FOI RECOLHIDO E APROPRIADO PELO TJTDT.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **17/07/2015** Valor da Multa: **R$ 1.466,82**
Número do Processo: **504.380/2014-2** Número do Contrato: **2014NE002265**
Descrição/Justificativa: **ATO.SEA.Nª 049/2015 - Aplicar penalidade de multa, por desrespeito ao previsto no subitem 5.1., item 5, Obrigações da Contratada, e, com apoio no bubitem 13.3, item 13, Sanções do Termo de Referência da Dispensa de Licitação, c/c com artigo 86 da Lei 8.666/93**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	**Legado**
UASG Sancionadora:	**70022 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT**
Número do Processo:	**574/2007**
Descrição/Justificativa:	**O DIRETOR-GERAL DO TRE/MT APLICOU A MULTA DE MORA DE 10% SOBRE O VALORDA CONTRATAçãO, EM VIRTUDE DO ATRASO PARA O INíCIO DA PRESTAçãO DOS SERVIçOS, OBJETO DA NOTA DE EMPENHO 2007NE000713, COM FULCRO NO ITEM 8.2DO PROJETO BáSICO. VALOR DA MULTA: R$ 33,00.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: **01.554.285/0001-75**
Razão Social: **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Sócio/Administrador

CPF: **031.796.478-09**
Nome: **RONI DE OLIVEIRA FRANCO**
Carteira de Identidade: **109115053** Órgão Expedidor: **SSP**
Data de Expedição: **27/05/2010** Data de Nascimento: **30/03/1961**
Filiação Materna: **CECILIA BELLOCC DE OLIVEIRA FRANCO**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **140.559.548-59**
Nome: **LETICIA BECHARA ZUKOVSKI FRANCO**
Carteira de Identidade: **153338362** Órgão Expedidor: **SSP**
Data de Expedição: **29/06/2015**

CEP: **04.210-061**
Endereço: **RUA OLIVEIRA ALVES, 500 - APTO 174 - IPIRANGA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 00000000**
Email: **roni.franco@certisign.com.br**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.554.285/0001-75**
Razão Social:	**CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.554.285/0001-75**
Razão Social:	**CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.

Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
01.554.285/0001-75	**CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**	**-**

Situação	Situação Cadastral
Idoneo	**Credenciado**

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **01.554.285/0001-75**
Razão Social: **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **19/02/2021**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**17/11/2020**
FGTS	Validade:	**04/07/2020**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**10/11/2020**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**14/06/2020**
Receita Municipal	Validade:	**16/07/2020**

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/05/2020** (*)

CPF: 936.878.349-72 Nome: JULIANA DE OLIVEIRA TEDESCO
Ass: _____

Pessoas Físicas

Digite abaixo o nome, CPF ou NIS de quem você deseja consultar

NOME, CPF OU NIS

03179647809

Esta consulta permite buscar, de forma consolidada, as informações dos bancos de dados usados no Portal da Transparência a respeito de Pessoas Físicas. Inclui informações como vínculos, viagens e valores recebidos pela pessoa. Você pode buscar por nome ou, se os tiver, pelo NIS ou CPF.

REFINE A BUSCA

SELECIONE PELA LETRA: **TODAS** **A** **B** **C** **D** **E** **F** **G** **H** **I** **J** **K** **L** **M** **N** **O** **P** **Q** **R** **S** **T** **U** **V** **W** **X** **Y** **Z**

RESULTADOS

Foram encontrados **0** resultados para o termo **03179647809**